


INSTITUTO	
	
Documentação	
<small>PROCURADORIA AMBIENTAL</small>	
Fonte	<i>0Estadão.com.br</i>
Data	<i>19/10/2001</i> Pg. _____
Class.	<i>73</i>

Trípoli diz que documento das ONGs é apócrifo

Ambientalistas, porém, afirmam que o Coletivo das Entidades é a instância reconhecida pelo governo para representar as ONGs no Consema

São Paulo - O secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Trípoli, criticou hoje a moção das entidades ambientalistas com representação no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), que pede ao governador Geraldo Alckmin a sua substituição pela maneira como vem conduzindo as discussões e as votações no Consema, do qual é presidente, entre outros motivos. Segundo Trípoli, as informações contidas no documento, motivo de matéria publicada ontem pela Agência Estado, são falsas e o documento é apócrifo, por não nominar as entidades que o endossam.

De acordo com um dos representantes das entidades ambientalistas no Consema, Carlos Bocuhy, da Campanha Billings Eu Te Quero Viva, o Coletivo das Entidades, embora não tenha caráter jurídico, é o órgão deliberativo das organizações não-governamentais cadastradas no Consema, tem seus estatutos registrados em cartório e é reconhecido pelo Governo Estadual como a instância que escolhe os seis representantes das entidades no Conselho. "A moção foi aprovada em uma reunião do Coletivo e representa a posição de dezenas de entidades cadastradas", disse Bocuhy.

O secretário manifestou também descontentamento por não ter sido ouvido pela Agência Estado antes da divulgação do documento. Trípoli afirmou que uma mostra de que as denúncias são infundadas é o fato da carta citar como empreendimento degradador aprovado pelo Consema "uma unidade penitenciária dentro do Parque Estadual da Cantareira". Segundo Bocuhy, essa é realmente a única informação imprecisa, já que o correto é uma unidade da Febem, dentro do Parque Estadual do Juquery, em Franco da Rocha, na Serra da Cantareira.

Entre as entidades que assinam o documento, estão a Associação Ecológica e Cultural Pau-Brasil e o Movimento em Defesa de Ubatuba, ambos também com voto no Consema. Embora não estivesse representado na reunião que aprovou a moção, João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), uma das ONGs do Coletivo de Entidades, disse que a organização já manifestou publicamente sua preocupação com a maneira como vem sendo conduzida a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. "O documento do Coletivo reflete a situação de perda de qualidade da gestão ambiental no Estado e o distanciamento inédito entre a Secretaria do Meio Ambiente e a comunidade ambientalista", afirma.

Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	destadao.com.br
Data	19/10/2001 Pg
Class.	13

Roberto Klabin, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, divulgou nota, em nome do Conselho da instituição, dizendo que "nos últimos três anos, a comunidade ambientalista assistiu ao desmonte da frágil estrutura ambiental do Estado e ao esvaziamento do papel do Consema na formulação e aprimoramento das políticas públicas na área de meio ambiente". Segundo Klabin, "há casos graves que demonstram uma crescente valorização de interesses setoriais e políticos sobre os interesses públicos e os compromissos de conservação ambiental".

Entre esses casos, a SOS Mata Atlântica enumera a diminuição das ações de fiscalização, que teria começado com as substituições operadas pelo atual secretário no Departamento Estadual de Recursos Naturais (DPRN), no início de sua gestão. "Hoje, quem atua na área do litoral de São Paulo e Vale do Ribeira presencia o agravamento das ações predatórias, sendo que, em muitas áreas, o palmito juçara, espécie ameaçada de extinção, foi praticamente eliminada em pouco mais de dois anos de omissão do poder público".

A nota denuncia ainda que estaria havendo um desmonte da área de planejamento da Secretaria, com a desativação por Trípoli da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e a paralisação do Macrozoneamento do Litoral, "ignorando o esforço empreendido pelas gestões anteriores da Secretaria e da sociedade".

Para a SOS, o problema mais recente foi o projeto de lei que altera os procedimentos de regularização de áreas ocupadas ilegalmente na região de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, proposto por Trípoli sem ser submetido aos órgãos colegiados de gestão ambiental, "que deveriam, obrigatoriamente, terem sido consultados previamente".

A proposta, para os conselheiros da SOS Mata Atlântica, "além de ser absolutamente equívoca no mérito, pois não resultaria em nenhuma melhoria objetiva para a proteção dos mananciais, colocaria

nas mãos da Secretaria, sem nenhum controle social, o poder discricionário total para negociar diretamente com os interessados em resolver seus problemas, criando, portanto, um espaço de manipulação de interesses econômicos e políticos jamais pensados para o sistema de gestão ambiental no Estado. Finalmente, para agravar este quadro, ao ser obrigado pelo próprio governador a submeter a proposta ao Consema, o secretário Trípoli utilizou a maioria que possui naquele conselho para aprovar a proposta sem discussões, desrespeitando o regulamento e os mais elementares princípios do debate democrático".

Maura Campanili